

2º Congresso AMA Alentejo
2.º Painei

UMA VISÃO GLOBAL PARA A REGIÃO ALENTEJO
José Maria Prazeres Pós-de-Mina

1. O Modelo de Desenvolvimento.
2. A base económica.
3. As infraestruturas e a sua relevância.
4. Suporte Social.
5. Robustecimento das instituições.
6. Instrumentos de política pública:
 - De orientação;
 - De intervenção;
 - De disponibilização;
 - De participação.
7. Conclusão.

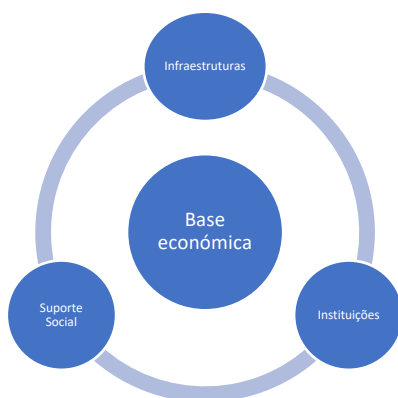
Início esta comunicação saudando a organização deste evento e a retomada dos Congressos “Semeando Novos Rumos” que foram importantes espaços de debate e afirmação do Alentejo e do seu papel no contexto nacional e internacional. Tive o privilégio de integrar o Secretariado dos Congressos sobre o Alentejo, e por isso também me achei na obrigação de marcar presença hoje e de dar o meu modesto contributo, apresentando a minha visão sobre a região. Contributo individual, mas extremamente enriquecido por reflexões coletivas em que tenho participado, de diversa natureza e formato, sem esquecer as efetuadas pelo Partido a que me orgulho de pertencer, o Partido Comunista Português. Apelo a minha visão de global, pois considero que como dizia Séneca “não há ventos a favor para quem navega sem rumo”. Por isso mesmo é necessário primeiro definir o quadro de atuação, e depois aplicar as medidas de política adequada para concretizar o que julgamos possa corresponder a um Alentejo melhor, mais desenvolvido, que respeite as suas tradições e que na caminhada para o progresso não acentue assimetrias internas, nem perca ou expulse companheiros de viagem. É com um Alentejo a produzir salvaguardando o ambiente, e sem precariedade e exploração, é com um Alentejo criativo e inovador a levar o desenvolvimento a todos os pontos do seu território e a contribuir para o todo nacional, é com um Alentejo que aposta na felicidade e na condição humana que sonho. E se o sonho comanda a vida, o sonho está ao alcance da nossa determinação, da nossa confiança e do nosso empenho. Com alegria, com entusiasmo e com uma vontade inabalável.

1. O Modelo de desenvolvimento

A região do Alentejo enfrenta desafios decisivos. Apesar de vários períodos de programação de fundos comunitários, com a injeção de milhões de euros, apesar da realização de investimentos de grande significado e de carácter estruturante de que se destacam o Porto de Sines e o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, não se encontrou a resposta adequada para o grave problema do desemprego. Do ponto de vista demográfico acentua-se o despovoamento e o envelhecimento da população e apesar da existência de ilhas onde as perspetivas são mais animadoras, persistem e alargam-se relações laborais baseadas na precariedade e agravam-se riscos ambientais em virtude da disseminação de situação de sobreexploração de recursos como a água e o solo.

A alteração ao PNPOT que está em curso, praticamente ignora o que é essencial para a região e o modelo de desenvolvimento que preconiza é o que tem contribuído para acentuar as desigualdades e que tem provocado o resultado que os indicadores económicos e sociais demonstram. A apresentação do território como bem transacionável privilegia a lógica de mercado nas opções a tomar. A reprogramação do Alentejo 2020 e dos Programas Temáticos Nacionais configura-se como mais uma oportunidade perdida.

Impõe-se por isso a necessidade de romper com a política que tem sido seguida para a região, que não se podendo desligar das políticas nacionais, tem que se basear numa visão global e integrada para a região, partindo dos recursos e potencialidades existentes. A fixação das populações e o desenvolvimento que se almeja têm de ter como elemento principal a criação de uma base económica, assente na duplicidade da aposta em sectores essenciais e na diversificação, que disponha e se ancore numa adequada rede de infraestruturas, acompanhada de um suporte de políticas e equipamentos sociais, e no reforço de uma teia de instituições que fomente a participação dos interessados e contribua para afirmar uma visão própria do Alentejo para o Alentejo, tendo como é evidente em conta o contexto nacional e internacional e partindo também da ideia de que o Alentejo mais do que ter o direito a receber solidariedade de outras regiões, tem condições para contribuir com as suas capacidades para o desenvolvimento de Portugal.



As políticas necessárias no quadro das infraestruturas e equipamentos, além do valor intrínseco que estas contêm, pressupõe a rutura com as políticas que têm prevalecido e a adoção de uma outra política que dê centralidade aos interesses dos trabalhadores e às camadas mais desfavorecidas. Impõe-se pôr termo a um modelo de “desenvolvimento” que ainda que assente no uso de infraestruturas relevantes, se tem caracterizado pela precariedade, pela degradação das condições de trabalho, pela intensificação do uso da água e da terra, pelo aumento da exploração, conduzindo ao empobrecimento e à concentração e centralização de capital, de que o sector da agricultura é claro exemplo.

A concretização de um projeto de desenvolvimento regional integrado deve ter como um dos elementos principais, a dotação e cobertura da região por um sistema de infraestruturas (sociais, económicas, logísticas e ambientais) que potencie as condições de desenvolvimento da região, no contexto nacional e europeu, a diversificação e dinamização da sua base económica, a melhoria da qualidade de vida das populações, bem como a preservação do património ambiental e a utilização eficiente dos recursos naturais.

2. A base económica

O problema central da região passa pela capacidade de fixação da população e esta só é possível se as pessoas encontrarem no Alentejo a resposta para as suas necessidades, sendo que a primeira tem a ver com a sua subsistência e está associada ao emprego. Por isso a consideração de que a primeira questão a considerar na definição de uma estratégia de desenvolvimento está na base económica.

Os aspetos relacionados com a base económica, pressupõem a consideração dos recursos e potencialidades existentes e a criar, o impacto dos investimentos estruturantes realizados e a realizar, e acima de tudo o tipo de modelo de desenvolvimento, sendo que sobre esse aspeto já referimos o entendimento que temos.

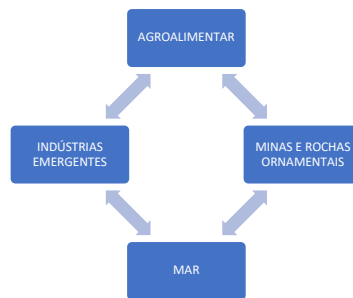
(PRESSUPOSTOS)



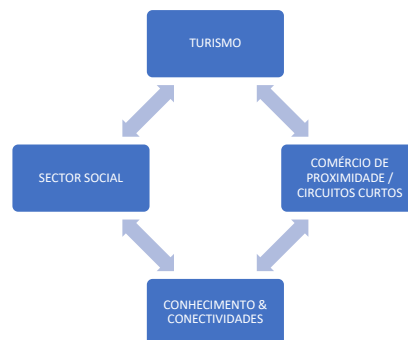
A necessária e indispensável diversificação da base económica, não se pode dissociar da consideração de sectores decisivos e de sectores complementares, que se identificam

nas figuras seguintes, tendo como elemento ponderador o seu contributo para a criação de valor e o seu carácter transaccionável ou não.

BASE ECONÓMICA DIVERSIFICADA (SECTORES DECISIVOS)



(SECTORES COMPLEMENTARES)



3. As infraestruturas e a sua relevância

As infraestruturas são indispensáveis para o desenvolvimento e a satisfação das necessidades da população, e podem assumir diversos papéis, tendo em conta a sua importância e o seu impacto. Desde contributos para o desenvolvimento local, a alavancas fundamentais para o progresso e o desenvolvimento económico. O Alentejo pela sua especificidade integra infraestruturas de grande relevância e com projeção internacional como seja o Porto de Sines, infraestruturas que têm assumido uma importância crescente, como é o caso do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, ao mesmo tempo que se mantêm grandes insuficiências a nível da mobilidade, da rede de comunicação de dados, ou de equipamentos na área da educação e da saúde. Do ponto de vista económico, tem de se ter em conta o contributo que dão para os fluxos de mercadorias, para os fluxos financeiros, para os fluxos, atração e fixação de pessoas, para a afirmação estratégica da região, incluindo o seu posicionamento internacional,

para a formação do Produto Interno Bruto, ou apenas para o robustecimento das economias locais. Estas questões não se podem dissociar da natureza das políticas públicas definidas, do modelo de desenvolvimento a aplicar, sendo que no fundamental as orientações que têm prevalecido favorecem, no quadro do modelo de desenvolvimento regional à escala da Europa, que as políticas europeias fomentam e com as quais as políticas aplicadas no nosso País se encontram alinhadas, a concentração e a centralização de capitais, com reflexo nas assimetrias regionais (com particular destaque no despovoamento e na desertificação), e no acentuar das desigualdades na repartição de rendimento entre capital e trabalho, cujas consequências são o agravamento da exploração e o empobrecimento.

A evolução da situação económica e social na região do Alentejo tem sido marcada por políticas protagonizadas por PS, PSD e CDS, apoiadas pela Comissão Europeia que, ao invés de inverterem o despovoamento e as assimetrias as têm acentuado. Procurou-se fazer crer que as infraestruturas já não constituíam prioridade, o que teve reflexo na programação dos fundos comunitários. Ao mesmo tempo difundiu-se a ideia (errada) de que era chegada a hora de promover a competitividade entre os territórios. As infraestruturas não estão “fora de moda”. Uma eficiente dotação e cobertura regional de infraestruturas é uma condição necessária para a concretização de um modelo de desenvolvimento regional que garanta um crescimento sustentável do nível de vida das populações, reforce as condições de desenvolvimento económico, assegure adequados níveis de coesão e sustentabilidade social, territorial e ambiental. É pois, necessária uma inflexão nas orientações quanto aos fundos comunitários, no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 e da preparação do Portugal 2030, apostando num processo de desenvolvimento regional integrado, priorizando no acesso aos fundos as entidades públicas, por forma a garantir a eficácia das políticas públicas na correção das desigualdades e na melhoria do rendimento e da qualidade de vida e pondo fim às condicionalidades.

Na decisão e escolha sobre as infraestruturas deve estar presente a localização geográfica do Alentejo como zona de interface entre a área metropolitana de Lisboa e o Algarve, bem como o seu atravessamento pelos corredores rododiferroviários de ligação a Espanha. A posição geoeconómica do Alentejo, tem de ser uma oportunidade para este, para as suas gentes e para o país. As relações transfronteiriças ocupam um papel importante na afirmação da região deste enorme espaço territorial (1/3 do continente), e são incontornáveis no âmbito da definição da política adequada para o Alentejo, bem como o aproveitamento das capacidades e potencialidades existentes na região, na agricultura, no mar, na indústria, nas novas tecnologias, no património cultural e natural, não podendo a decisão sobre o que investir depender exclusivamente de análises economicistas. E o papel dos homens e mulheres que vivem, trabalham e lutam por um Alentejo melhor é fundamental para garantir o futuro. E que têm direito a ser atores no processo de desenvolvimento, assumindo todos os papéis que lhes competem.

Reconhecendo o valor intrínseco que as infraestruturas e os equipamentos têm, o seu uso não pode ser dissociado de qual é a política definida para a região e para o País, rompendo com a precariedade, com a degradação das condições de trabalho, com a

intensificação do uso da água e da terra e com o aumento da exploração, que conduz ao empobrecimento e à concentração e centralização de capital.

Medidas integradas, incluindo componentes geridas e dinamizadas regionalmente, afirmando o papel do Estado nas suas diversas funções económicas, sociais e culturais, salvaguardando o carácter universal das diversas áreas:

- Apostando na política pública em ciência que combata a precariedade na investigação e a financeirização do sistema, na formação e na inovação dos setores e das instituições e empresas da região, assente na dinamização e valorização das infraestruturas regionais de acolhimento empresarial e de promoção da inovação, melhorando a colaboração entre elas, promovendo sinergias, promovendo a ligação ao mundo empresarial, a transferência de conhecimento e tecnologias, o desenvolvimento de comunicações avançadas, a transformação digital, as tecnologias inteligentes e, sobretudo, a qualificação das pessoas.
- Potenciando investimentos estruturantes como o Alqueva, o Complexo de Sines e o Aeroporto de Beja, e promovendo outros como é o caso da Barragem do Pisão – Crato, da constituição de uma efetiva rede regional de parques empresariais e de outras infraestruturas estruturantes de acolhimento empresarial que devem servir de âncora ao desenvolvimento da região, em articulação com as políticas sectoriais definidas para a área agroalimentar, o sector industrial, e o turismo, mitigando os efeitos negativos ao nível social e ambiental que atualmente já são visíveis e resultam da desregulação existente.
- Promovendo a mobilidade, nas suas diversas componentes: a ferroviária com a ligação ferroviária Sines-Caia, cujo traçado e serviços prestados deve contribuir para o desenvolvimento da região, e não ser apenas meio de passagem, assegurando a ligação à cidade de Portalegre, com a eletrificação da linha entre Casa Branca e Beja e a ligação desta cidade ao Algarve, diversificando os meios de transporte, com a correspondente melhoria da qualidade dos meios de tráfego; e a rodoviária com a melhoria das estradas numa perspetiva de malha que permita o acesso entre todas as localidades e vias estruturantes de ligação aos principais centros e ao exterior, a par de uma rede de transportes públicos que dê resposta aos movimentos pendulares existentes e às possibilidades de desenvolvimento. Ligações ferroviárias e rodoviárias, para dar resposta ao transporte de passageiros e de mercadorias, assumindo também uma perspetiva intermodal e a articulação com Plataformas Logísticas e outras estruturas de interface.
- Aproveitando as potencialidades existentes para, no âmbito da política energética, salvaguardando as questões ambientais, fomentar a eficiência e desenvolver a produção de energia com destaque para as renováveis suportadas em redes de transporte e distribuição de energia elétrica adequadas e modernas, dotadas de dispositivos de gestão inteligente, que correspondam à necessidade de manter elevados níveis de produção e o seu escoamento e garantir o acesso à eletricidade a toda a região em condições de qualidade e com preços mais baixos. O potencial logístico existente deve servir de meio para avaliar da

pertinência da criação na região de uma rede de transporte e distribuição de gaz natural por forma a diversificar a oferta de energia a novas áreas do território.

4. Suporte Social

Impõe-se também proceder a uma inversão no modelo social que tem vindo a ser aplicado, caracterizado pelo aumento da precariedade e da exploração, e pelos problemas ambientais que estão a ser criados pela intensificação do uso dos recursos.

- Alterando a política de rendimentos.
- Estimulando, a criação de emprego com direitos e a criação de dispositivos de apoio à integração de trabalhadores migrantes, como aspetos fundamentais de combate ao despovoamento e ao deficit demográfico na região.
- Assegurando serviços públicos de qualidade, e em particular estruturas de saúde – Hospital Público Central do Alentejo em Évora, Unidades Locais de Saúde das 4 sub-regiões - e na educação, a nível do ensino básico e secundário e com os respetivos polos de ensino superior – universidade de Évora e institutos politécnicos de Beja e Portalegre, e unidades de investigação e desenvolvimento tecnológico, tendo também como preocupação a elevação do nível de qualificação dos ativos existentes (educação e formação de adultos).
- Garantindo o planeamento para o funcionamento e conclusão adequados da rede de equipamentos de apoio à 3ª idade e à infância.
- Incrementar a cultura, baseada na nossa identidade, em formas diversificadas e criativas, tendo em conta a imensa riqueza do património cultural material e imaterial.
- Aproveitar as infraestruturas desportivas e de lazer para garantir o acesso das populações à prática desportiva, incorporada também em políticas de promoção da saúde e do lazer como forma de melhorar o bem-estar.

5. Robustecimento das instituições

As propostas de ações concretas são inseparáveis do robustecimento das instituições, sendo necessária que a nível regional se tomem medidas de estruturação e organização regional, que terão como aspetos incontornáveis:

- A criação e instituição da região administrativa do Alentejo, sem uma capital, com carácter polinucleado e baseada numa efetiva descentralização de meios e competências provindos da administração central;
- O reforço da capacidade de intervenção e de meios do Poder Local incluindo aqui os recursos financeiros e a remoção de constrangimentos à sua autonomia;
- Realizar um verdadeiro processo de descentralização ao invés de um processo que se caracteriza pela mera transferência de competências sem os correspondentes recursos e em áreas que se devem manter na esfera central para garantir a universalidade no acesso.
- A reposição das freguesias extintas.
- Necessária também uma inversão na forma de aplicação dos fundos comunitários, sendo essencial aproveitar a reprogramação em curso do Alentejo

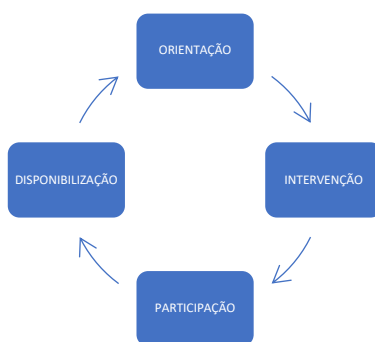
2020 e dos programas nacionais, para redefinir prioridades e reforçar os valores em causa;

- Iniciar desde já com ampla participação a definição das orientações para o período de fundos subsequentes cuja aplicação deve ter por base as prioridades da região, e não as orientações provenientes da União Europeia, privilegiando a coesão em vez da competitividade.
- Definindo uma política de investimento público que não pode estar dependente exclusivamente do financiamento da União Europeia e que deve encontrar os meios para que sejam disponibilizados mecanismos financeiros diversificados.
- Em termos de fundos para o desenvolvimento rural e para as denominadas iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária também se impõe aplicar os mesmos princípios.
- Apoiar o papel das Associações de Desenvolvimento Local.
- Avançar desde já como medida transitória com a criação da Comunidade Regional do Alentejo conforme proposta apresentada pela Amalentejo.

A coesão territorial e social passa ainda pela concretização de políticas públicas de investimento e de reforço dos serviços públicos.

6. Instrumentos de Política Pública

O Estado pelo papel que tem na sociedade não se pode demitir do seu papel, de que se destaca a utilização de diversos instrumentos de política pública que aqui se dividem em 4 tipos, conforme a figura que se apresenta a seguir.



De entre os instrumentos de orientação, podemos exemplificar com a legislação, os regulamentos, os programas e planos de ordenamento, quando se refere a disponibilização estamos a abordar os fundos públicos quer do próprio Estado quer comunitários, bem como a criação de outros mecanismos de financiamento, quanto à intervenção defende-se a intervenção direta, com a promoção de investimentos públicos como é o caso da área da mobilidade ou das infraestruturas hidráulicas e na garantia da manutenção da sua gestão pública, e por fim quanto à participação passa pela criação e dinamização de estruturas formais e informais que permitam aos agentes políticos, económicos e sociais e à população em geral intervir na definição das opções de política e na sua concretização.

Pela sua atualidade destacam-se como cruciais nesta área as questões do planeamento e ordenamento do território. O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) enquanto instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território, que se encontra neste momento em processo de alteração, necessita de redefinir e atualizar as orientações relativas ao Alentejo, considerando-se ainda importante, decorridos 8 anos desde a sua aprovação, iniciar um processo de avaliação sobre os resultados do modelo de ordenamento territorial, das opções de desenvolvimento regional e do nível de execução do investimento público previsto no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo). O consequente processo de revisão do PROT Alentejo, inserido num amplo debate, deve servir também de contributo para a definição de uma nova estratégia para a região que oriente as áreas de intervenção no âmbito do financiamento público nacional e do financiamento comunitário, designadamente, no quadro do denominado Portugal 2030, tendo em conta o conjunto de planos e instrumentos de orientações que diversas entidades da região têm promovido e para os quais é indispensável promover a sua articulação, concertando as intervenções a efetuar.

O papel do Poder Local, no uso das suas competências e atribuições e da sua capacidade reivindicativa tem sido determinante na resposta a necessidades de âmbito local e tem influenciado a opção pela construção de infraestruturas e equipamentos de âmbito regional, cuja potenciação passa pela existência de um nível superior de administração com a criação das regiões administrativas conforme previsto na Constituição da República Portuguesa e por um Estado que invista de forma determinada nas regiões do interior e que promova o seu efectivo desenvolvimento.

7. Conclusão

Sem uma visão global que corresponda aos interesses da região, não é possível atingir os objetivos definidos.

A questão central para o desenvolvimento da região passa pela valorização do sector produtivo através de uma base económica diversificada, sustentável, potenciando os investimentos estruturantes (nomeadamente, Alqueva, Complexo de Sines e Aeroporto de Beja) e tendo como elementos centrais: o sector agrícola e agro-alimentar, com base na agricultura e na transformação dos seus produtos; os recursos marítimos existentes, com realce para as pescas; o aproveitamento dos sectores dos recursos mineiros e das rochas ornamentais; e pelo apoio a novos sectores emergentes como a indústria elétrica e das energias renováveis e a aeronáutica, incorporando uma elevada componente tecnológica e de investigação.

Necessário também além de medidas de carácter imediato, tomar sobretudo medidas de carácter estrutural, para, através da adoção de políticas integradas promover o desenvolvimento da região.

Castelo de Vide, 30 de Junho de 2018